



Figura 1. Ista aérea do Campus Goiabeiras com suas primeiras construções. Fonte: Acervo de Coleções Especiais, Sistema Integrado de Bibliotecas, Universidade Federal do Espírito Santo.

Representação no Ensino de Patrimônio. Abordagem conceitual e metodológica aplicada no Campus de Goiabeiras da Universidade Federal do Espírito Santo – Brasil

Representación en la Enseñanza del Patrimonio. Abordaje conceptual y metodológico aplicado en el Campus de Goiabeiras de la Universidade Federal do Espírito Santo - Brasil

Representation in the Teaching of Heritage. A conceptual and methodological approach employed at the Goiabeiras Campus of the Federal University of Espírito Santo, Brazil

Renata Hermann de Almeida

Profesora en el Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil
renatahermann@gmail.com | <http://orcid.org/0000-0002-8046-6665>

Damiany Farina Nossa

Alumna del magister en el Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil
damianynossa@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0003-2378-1308>

Miguel Brunoro Thomé

Alumno del magister en el Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil
miguelbrunoro@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0003-4020-4940>

Artículo recibido el 9 de agosto de 2019 y aceptado el 29 de octubre de 2019

DOI: <https://doi.org/10.22320/07196466.2019.37.056.06>



Resumen

Este artículo muestra los resultados de una propuesta conceptual y metodológica, aplicada en una asignatura académica “Patrimonio histórico, artístico y cultural”, del curso de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil. Y se enmarca en la idea de la superación de la dicotomía conservación-desarrollo y la ampliación conceptual del patrimonio a la noción de patrimonio territorial, que identifica no solo el patrimonio a escalas geográficas más amplias, sino también su lógica procesal. Uno de los problemas expuestos es la segmentación de la tríada temática Patrimonio-Enseñanza-Proyecto. Para trascenderla, y a través de una metodología empírica-cualitativa, basada en el enfoque de la Escuela Territorialista italiana, se realiza una experiencia de participación proactiva, en la que se alienta a los estudiantes a trabajar en la representación como un método para reconocer la arquitectura con valor del patrimonial e interpretación del área de preexistencia crítica, el Campus Universitario Goiabeiras de la UFES. Se divide en tres etapas: a) análisis, a través de un inventario previo, que identifica y clasifica los bienes de valor del campus; b) síntesis, donde se confrontan los mapeos anteriores y se identifican capas del patrimonio territorial (físico, construido y antrópico), que sirven luego como base para la definición de unidades de paisaje, a partir de las cuales los valores y recursos potenciales del patrimonio territorial se interpretan diacrónicamente; c) experiencia del proyecto, basada en una interpretación crítica. Los resultados de la iniciativa expuesta generan conciencia del poder transformador de la representación del patrimonio territorial, no solo como documento, sino como un instrumento activo de interpretación, reconocimiento y análisis, capaz de optimizar las acciones integradas del proyecto.

Palabras claves

Patrimonio; enseñanza, territorio, metodología, planificación territorial

Resumo

Esse artigo mostra os resultados de uma proposição conceitual e metodológica, aplicada em disciplina acadêmica, “Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural”, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil. Fomentada pela superação da dicotomia conservação-desenvolvimento e pelo alargamento conceitual do patrimônio à noção de patrimônio territorial, que identifica não apenas um patrimônio em escalas geográficas de maior abrangência, como sua lógica processual. Uma das problemáticas expostas consiste na segmentação da tríade temática Patrimônio-Ensino-Projeto. Para sua superação, e por meio de uma metodologia empírico-qualitativa, embasada na abordagem da Escola Territorialista Italiana, faz-se uma experiência de envolvimento proativo, na qual os discentes são estimulados a trabalhar a representação enquanto método de reconhecimento da arquitetura de valor patrimonial e de interpretação de área de preexistência crítica, o Campus Universitário de Goiabeiras da UFES. Divide-se em três etapas: a) análise, por intermédio de um pré-inventário, onde se identifica, classifica e categoriza os bens de valor do campus; b) síntese, onde os mapeamentos anteriores são postos em confronto e são identificadas camadas do patrimônio territorial (física, construída e antrópica), servindo de base à definição de unidades de paisagem, sob as quais se interpretam diacrónicamente os valores e os recursos potenciales do patrimônio territorial; c) experiência projetual, fundamentada a partir de uma interpretação crítica. A experiência resulta na tomada de consciência da potência transformadora da representação do patrimônio territorial, não apenas enquanto documento, mas instrumento ativo de interpretação, reconhecimento e análise, potencializando ações projetuais integradas.

Palavras-chaves

Patrimônio, ensino, território, metodologia, planejamento territorial

Abstract

This article presents the results of a conceptual and methodological proposal employed in the “Historical, Artistic and Cultural Heritage” course in the Architecture and Urbanism degree at the Federal University of Espírito Santo (UFES), Brazil. It was motivated by the idea of overcoming the conservation-development dichotomy and the widening of the concept of heritage to include the notion of territorial heritage, which not only identifies heritage at broader geographical scales, but also its procedural logic. One of the problems presented is the segmentation of the heritage-teaching-design thematic triad. To overcome it, and through an empirical-qualitative methodology based on the Italian Territorialist School approach, a proactive participatory experience was created in which students are encouraged to work on representation as a method of recognizing heritage-value architecture and interpreting critical pre-existence at the UFES’s Goiabeiras Campus. The experience is divided into three stages: a) analysis, through a preliminary inventory, which identifies, classifies and categorizes the campus’ valuable assets; b) synthesis, where the previous maps are compared and layers of territorial heritage (physical, built and anthropic) are identified and serve as a basis for the definition of landscape units, according to which the values and potential resources of the territorial heritage are interpreted diachronically; and c) design experience, based on critical interpretation. This experience results in an awareness of the transformative power of territorial heritage representation, not only as a document, but as an active instrument for interpretation, identification and analysis, which improves integrated design actions.

Keywords

Heritage, teaching, territory, methodology, territorial planning

* Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior CAPES, Programa de Demanda Social (DS).

* * El texto completo en español, puede leerse en: <http://revistas.ubiobio.cl/index.php/AS/issue/view/304>

* * This complete article can be read in english at: <http://revistas.ubiobio.cl/index.php/AS/issue/view/304>

Introdução**

O patrimônio, tratado em práticas de ensino acadêmico contemporâneas, aborda um repertório desde sua etimologia às práticas conservacionistas segundo teóricos paradigmáticos do campo. O desafio a ser tratado é o avanço disciplinar por meio da inserção de práticas contemporâneas transcendentais à abordagem filosófico-arquitetônica acerca do patrimônio e articuladoras do aluno em um contexto interdisciplinar de reconhecimento. A hipótese é que, adotando novas práticas pedagógicas integradoras e advindas de diferentes abordagens e temáticas, o estudante passe de uma figura passiva a uma figura ativa, atuando no campo cognitivo, de reconhecimento e debate. Nesse avanço metodológico, levanta-se a questão: é possível aproveitar da capacidade cognitiva e representativa do aluno no processo de seu aprendizado para a reflexão e prática da preservação do patrimônio?

Em um contexto brasileiro, a trajetória do ensino voltado à temática do patrimônio tem início na década de 1970, a partir de uma iniciativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Associada à gestão de Renato Soeiro (1967-1979), a segunda fase de atuação do instituto tem como ênfase o Patrimônio Urbano, marcada pela afirmação da tripla extensão – tipológica, cronológica e geográfica – dos bens patrimoniais (Choay, 2000). Essa ampliação, fomentada por processos de desenvolvimento urbanístico, requerem uma proteção do patrimônio associada a medidas mais abrangentes, de modo a conciliar conservação e desenvolvimento. Sendo assim, o período é marcado por uma revisão das bases científicas de atuação da instituição, expressa na requisição de auxílio internacional especializado, iniciado com visita técnica de Michel Parent (1966-67), Inspetor Principal de Monumentos Franceses, e manifesta no relatório “Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico” publicado pela UNESCO em 1968.

Simultaneamente, o IPHAN instaura o processo de descentralização institucional e integração da política nacional às estaduais e municipais, com a finalidade de obter apoio na identificação, tutela e proteção de bens patrimoniais de relevância regional e local. Tal iniciativa reafirma a necessidade de ampliar o quadro de profissionais habilitados no campo. Até então, a formação de técnicos do IPHAN se dá, sobretudo, nos canteiros de obra. Em sintonia, o Compromisso de Brasília de abril de 1970 (IPHAN, 2004, p. 137), elaborado no “1º Encontro dos governadores de Estado Secretários Estaduais na Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais”, recomenda a formação de arquitetos restauradores, conservadores de pintura, escultura e documentos, arquivologistas e museólogos. Em resposta, é criado o primeiro curso nacional de especialização de arquitetos restauradores, vinculado à Universidade de São Paulo, em 1974. Pensado para ser itinerante, o curso ocorre em 1976 na Universidade Federal de Pernambuco, em 1978 na Universidade Federal de Minas Gerais, e em 1980-81 na Universidade Federal da Bahia, permanecendo ali sediado até a atualidade, integrando programa de pós-graduação.

No Espírito Santo, a formação de arquitetos incluindo a temática patrimonial em nível de graduação é precursora. Inicia-se no Curso de Arquitetura e Urbanismo, pertencente ao Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, criado em 1978 e instalado em 1979. A discussão se dá junto à disciplina “Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural”, optativa, com 60 créditos até o ano

de 1994 quando, no contexto de revisão do projeto pedagógico, a disciplina se torna obrigatória, com 90 créditos. Em conjunto, no período compreendido entre os anos 1991 e 2018, o plano de ensino da disciplina se consolida em uma abordagem ancorada em ementa indicativa da abordagem dos seguintes subtemas: a) Conceituação de patrimônio cultural, os bens móveis e imóveis; b) O patrimônio natural e urbano; c) Noções dos princípios teóricos e legais (levantamentos, conservação, tombamento e restauração) de sítios naturais, históricos e elementos construídos; d) Os instrumentos de preservação da arquitetura e da paisagem natural e edificada; e) Enfoque no patrimônio arquitetônico e cultural capixaba.

A disciplina “Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural” tem como objetivos específicos desenvolver um trabalho reflexivo e empírico sobre a prática da preservação, ressaltar a complexidade de questões a ela aderidas, especialmente a partir da identificação do conjunto de suas dimensões - econômicas, políticas, sociais, históricas e artísticas -, elaborar instrumental metodológico de pesquisa histórica e caracterização arquitetônica, análise e proposição arquitetural, direcionado para elaboração de intervenções projetuais em estruturas consolidadas. O conteúdo programático se estrutura em quatro (04) módulos, dedicados i) às noções de Monumento e Patrimônio; ii) à política de preservação do patrimônio cultural no Brasil; iii) à teoria e à prática da conservação e do restauro; iv) à Intervenção em estruturas consolidadas; v) à metodologia de intervenção em estruturas consolidadas. Com vista à experimentação projetual desses conteúdos, além de aulas expositivas, em simultâneo, a disciplina se desenvolve por meio de orientação de duas atividades: 1) Proposta de Intervenção em estrutura pré-existente, desenvolvida em três etapas: 1.1) Interpretação histórica e caracterização urbano-arquitetônica; 1.2) Diagnóstico de danos; 1.3) Intervenção projetiva em nível de estudo preliminar; e 2) Estudo de Caso, com descrição e interpretação de intervenção urbano-paisagística e arquitetônica em preexistência crítica.

Em síntese, a disciplina se estrutura como lugar de abordagem teórica, história e projetual, na perspectiva de compreensão articulada da temática patrimonial às da arquitetura e do urbanismo, ao projeto e ao planejamento; tendo como pressupostos (Solà-Morales, 2006): 1) o reconhecimento de que os problemas da intervenção na arquitetura histórica são, primeira e fundamentalmente, problemas de arquitetura e, neste sentido, a lição da arquitetura do passado resulta de um diálogo a partir da arquitetura do presente e não a partir de posturas defensivas e preservativas; 2) o entendimento de que o edifício tem uma capacidade para se expressar e que os problemas da intervenção na arquitetura histórica não são problemas abstratos nem problemas que possam ser formulados de uma vez por todas, mas que se apresentam como problemas concretos sobre estruturas concretas. O resultado são trabalhos com tripla contribuição: inventário arquitetônico, diagnóstico de danos e proposição projetual. A primeira contribuição resulta no preenchimento de lacunas historiográficas acerca da arquitetura do/no Espírito Santo; a terceira resulta, ou melhor, atua no reconhecimento do valor potencial das heranças patrimoniais no enfrentamento do projeto e no planejamento.

Em maioria, os objetos empíricos das atividades propostas na disciplina englobam a escala do edifício, sempre ampliada para compreender e articular o edifício objeto da atividade ao contexto urbano ou rural de inserção, segundo a tríplice ampliação de patrimônio identificada por Choay (2000). As áreas incorporadas às edificações de estudo constituem praças, parques, ruas, elementos paisagísticos,

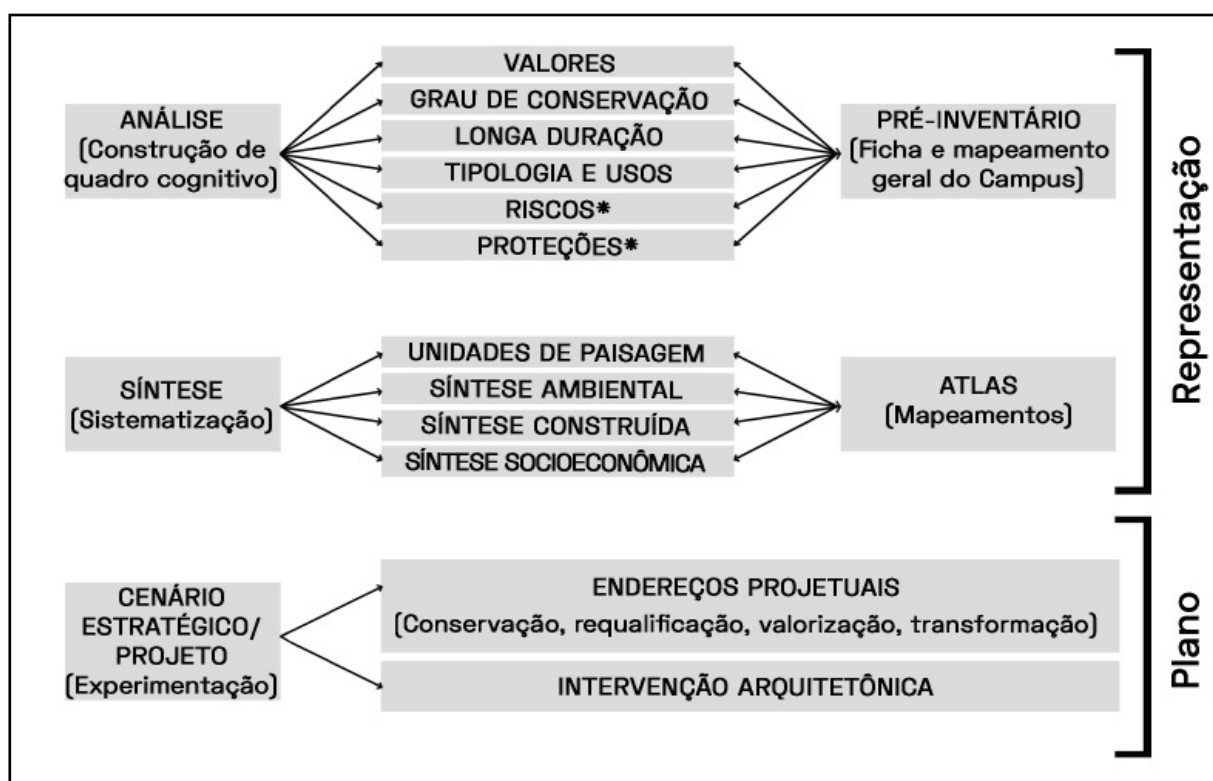


Figura 2. Percurso metodológico da disciplina. Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

físico-geográficos. Também, em maioria, são imóveis situados na Região Metropolitana de Vitória e de caráter público, tendo em vista a necessidade de realização de atividades de levantamento, como medições, registro fotográfico, reconhecimento de patologias. No período de 2018/2 a disciplina, ministrada pelos autores, propõe ampliar a noção do patrimônio à escala territorial, incluindo uma metodologia empírica fomentada pela reflexão sobre a prática da preservação, utilizando-se da representação enquanto instrumento interpretativo. Nessa perspectiva, a fase analítica leva à definição das principais características do território, a serem potencializadas como elementos de valorização territorial (Fanfani et al, 2014).

A proposta de ampliação conceitual do patrimônio ao nível de patrimônio territorial se fundamenta na superação da articulação objeto-contexto de localização, de modo a entender o processo de construção do valor patrimonial, no espaço e no tempo. Nesse sentido, o alargamento conceitual do patrimônio ao nível territorial se fundamenta na ruptura de dois paradigmas: a superação da dicotomia conservação e desenvolvimento, de modo a não criar ilhas de proteção, dissociadas de um envelhecimento inerente ao processo histórico, isoladas de áreas onde é permitido um desenvolvimento e são “sacrificadas” as ações de conservação; e a evolução do seu entendimento de objeto a processo, assimilando o patrimônio como interação antrópico-ambiental, em sua diacronia (Poli, 2015).

Essa perspectiva implica em uma elaboração disciplinar conjunta, tendo enfoque em novos modos de aprendizado. Deste modo, o presente artigo apresenta a experiência da disciplina “Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural”, da turma de 2018/2 do curso

de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil, como uma proposta acadêmica centrada na interpretação do Patrimônio Territorial a partir de um sistema de representações.

A representação enquanto potência analítica se embasa na metodologia da Escola Territorialista Italiana, quando propõe uma representação direcionada aos sedimentos patrimoniais: tipos e padrões, regras de formação e transformação, estruturas e figuras territoriais, vínculos identitários, etc. A interpretação morfotipológica das relações componentes do patrimônio estrutura os Atlas Patrimoniais (Magnaghi, 2017) utilizados como método de análise. A construção experimental dos Atlas do Patrimônio Territorial, forma específica de interpretação e representação da síntese dos quadros territoriais cognitivos, visa representar os elementos complexos (e descrever suas regras de formação histórica e de reprodução) que são considerados ativos (valores) patrimoniais (portanto, bens comuns) que podem ser tratados como recursos nos projetos de transformação, desde que mantenham ou aumentem seu valor. Para esse fim, utiliza-se do conceito de Estatuto do Território (Magnaghi, 2016), que consiste na descrição, interpretação e representação do patrimônio territorial e suas regras de transformação.

Metodologia

A aproximação conceitual se dá pela incorporação do pensamento multidisciplinar da Escola Territorialista Italiana; em particular o reconhecimento do território como patrimônio, entendido de modo processual (Poli, 2015) e como uma construção social (Magnaghi, 2010). O território é compreendido como *uma estrutura complexa e fortemente articulada em seus componentes materiais e imateriais* (Magnaghi, 2005), componentes esses reconhecíveis em uma leitura diacrônica, realizada por meio da identificação de processos aditivos e subtrativos sucessivos, os atos territorializantes, que transformam o espaço em espaço habitado (Santos, 2008). Trata-se, portanto, não apenas de um recorte ou escala geográfica, mas também temporal:

As diversas escalas da região geográfica e do lugar singular requerem a leitura dos processos de formação do território em sua longa duração, para reinterpretar invariantes, permanências, sedimentos materiais e cognitivos aos quais produzir novos atos territorializantes. (Magnaghi, 2010, p.62)

O território se revela como produto de “uma relação entre entidades vivas, o homem e a natureza, no tempo longo da história” (Magnaghi, 2010) e, a partir dessa definição, se aprende a reconhecer o enfrentamento da transformação das regras genéticas do desenvolvimento e utilizar os caracteres identitários, fundamentado a partir de processos de reconhecimento, enquanto recursos territoriais, dando utilidade ao bem, e o atrelando ao contexto local, fundamentalmente (Poli, 2015).

Na metodologia territorialista o patrimônio territorial é um sistema de relações sinérgicas entre qualidades peculiares do ambiente físico (clima, flora, fauna, geo-hidromorfologia, sistemas e neo-ecossistemas ambientais), do ambiente construído (permanências e resistências urbanas de longa duração, tipos construídos urbanos e territoriais, técnicas, materiais, qualidade da massa territorial, características da paisagem) e do ambiente antrópico (modelos socioculturais, peculiaridades linguísticas, características do milieu). (Magnaghi, 2005, p.10)

Prioriza-se, para isso, a produção de conhecimento territorial por meio da representação, organizada em descrições analíticas das camadas e dos sedimentos do objeto de estudo que, posteriormente confrontados em ações interpretativas, permitindo assim, uma leitura sintético-descritiva, na qual se evidenciam componentes, relações, criticidades e potencialidades, e identificam-se os elementos estruturantes do patrimônio territorial estudado.

O Atlas é destinado à descrição e à interpretação das características identitárias do território, com o propósito de identificar os modos de operação das invariantes estruturais, de avaliar seu estado de conservação e definir as regras de reprodutibilidade das estruturas identitárias. (Carta, 2011)

Nesse sentido, a representação enquanto método voltado à construção de Atlas Patrimoniais, é um instrumento não apenas documental, mas também interpretativo, visto destacar variados níveis de informação. As representações dos Atlas são articuladas em três níveis: i) informação, onde é obtido e/ou produzido um banco de dados acerca do território de estudo; ii) conhecimento, onde são confrontados e calibrados os dados obtidos, de acordo com objetivos específicos; iii) interpretação, consistida na descrição e na representação complexa das identidades territoriais e paisagísticas, das quais são moldadas as diretrizes e tomadas de decisão acerca dos bens patrimoniais (Poli, 2012). Sendo assim, é aporte analítico-descritivo-projetual, utilizado metodologicamente em todas as fases da disciplina.

Com a participação ativa dos estudantes, as experiências da disciplina são realizadas em visitas de campo seguidas de representações participativas, cujo intuito é promover diálogos, facilitar debates e confrontos em busca de uma maior horizontalidade no processo.

As articulações dividem-se em três etapas: a) análise, feita por intermédio de um pré-inventário, onde se identifica, classifica e categoriza os bens de valor do campus; b) síntese, onde os mapeamentos anteriores são postos em confronto e são identificadas as camadas do patrimônio territorial (física, construída e antrópica), servindo de base à definição de unidades de paisagem, sob as quais se interpretam diacronicamente os valores e os recursos potenciais do patrimônio territorial; c) experiência projetual, fundamentada a partir de uma interpretação crítica.

O objeto de estudo, o Campus Universitário de Goiabeiras, Brasil, tem sua seleção justificada por ser o primeiro campus da Universidade Federal do Espírito Santo, por possuir um caráter territorial de menor escala geográfica, por ser de fácil acesso aos estudantes e pela diversidade de ambiências (física, construída e antrópica). Além disso, por possuir uma perspectiva histórica recente e se inserir em uma lógica de desenvolvimento regida por uma Prefeitura Universitária e normatizada pelo Plano Diretor Universitário, promove uma discussão crítica interna abrangente. Outra premissa da seleção é a perspectiva de aplicabilidade da metodologia de ensino, passível de utilização e retroalimentação em períodos letivos subsequentes.

Ainda, o sentido de lugar emana de experiências vividas diretamente (Bates, 2019), moldadas consciente e inconscientemente ao longo do tempo (Bates, 2018; Chawla, 2004). De um ponto de vista fenomenológico, isso sugere uma conexão pessoa-lugar formada à medida em que experiências são vivenciadas (Gendlin, 2004). Construir conexões desse tipo não apenas beneficia o senso de si e dos outros, mas, também, incentiva um senso de respeito e direção para a tutela do território (Mannion & Lynch, 2016). Nessa perspectiva, a representação



Figura 3. Mapeamento de valores patrimoniais em sala de aula do Campus de Goiabeiras. Fonte: Elaborado pelos discentes em sala sob projeção em quadro branco, 2018.

do patrimônio territorial universitário, na ótica do estudante, promove a potencialização de uma relação pessoa-lugar preexistente, visto que essa implica em uma comunhão e confronto de duas representações: uma funcional-quantitativa das características extrínsecas do local, difundida ao longo do curso, e uma abstrata-cognitiva, capaz de identificar caracteres identitários.

Deste modo, a experiência se dá por meio de processos alternadamente coletivos e individuais, abrangendo atividades de análise, por meio de ações de valoração, identificação e caracterização; de síntese, que delimita a Unidade de Paisagem (UP) e elenca seus elementos de relevância; e a última, a definição de cenários estratégico-projetuais e a indicação de endereços prioritários de intervenção, referentes à quatro ordens de medidas prevalentes, a conservação, a valorização, a requalificação e a transformação.

A primeira fase, a análise, subdivide-se em dois momentos, o coletivo (debates) e o individual (valoração). São realizadas visitas de campo coletivas visando adquirir material gráfico, cartográfico, histórico, de modo a embasar uma análise cognitiva das características do território de estudo, o Campus de Goiabeiras, a partir de análise global. Tem como método o pré-inventário, que visa a produção de um mapeamento geral do Campus, de acordo com a valoração e identificação e caracterização de bens de acordo com: denominação, tipo (isolado, conjunto), projeto (autor, data, uso atual), situação, categoria de valor, descrição arquitetônica, contextualização geográfica, histórica e urbana, estado de conservação (do bem isolado, do conjunto arquitetônico, da ambiência), carência de preservação (urgente, curto prazo, médio prazo), riscos potenciais ou iminentes, existência de proteções, documentação gráfica e cartografia.

Na segunda etapa, de síntese, confrontam-se as informações obtidas na etapa anterior, colocadas em relação certos níveis analíticos de modo a descrever características estruturais do contexto de estudo, evidenciando a interação entre os componentes relacionados à dimensão ambiental e organizar as informações da dimensão antrópica, em sua morfotipologia, diacronia e funcionamento (Carta, 2011).

O procedimento de mapeamento sobre projeção em quadro branco é adotado na identificação de Unidade de Paisagem. Essa análise tem como produto uma ficha que compreende: a delimitação e o mapeamento da Unidade de Paisagem, caracterizada por seus elementos de relevância, como área construída, caminhos, acessos, geomorfologia, tendências de modificação; a contextualização da unidade a partir das camadas física, construída e antrópica, identificando as relevâncias para a UP; e a verificação de relações diretas ou indiretas com outras unidades.

Na ficha de paisagem, cada leitura da estrutura de longa duração da invariante é acompanhada da individualização das dinâmicas de transformação, dos valores e das questões críticas, terminando com o aparato normativo das "diretrizes para políticas". (Magnaghi, 2014, p. 116)

A leitura e a delimitação das unidades de paisagem pelos alunos e o elenco de seus valores, questões críticas e dinâmicas de transformação conduzem um pensamento sobre os cenários tendenciais desses ambientes, podendo ser identificados a desvalorização, o não aproveitamento ou utilização de elementos de valor em prol de cada respectiva unidade de paisagem.

A representação propõe a articulação das estruturas territoriais para que, a nível de projeto, sejam definidas invariantes, referentes à identidade de longa duração nos processos de formação do território de estudo, figuras territoriais, reconhecíveis pelas suas especificidades e um estatuto normativo onde se definem estratégias de atuação, com vista à criação de valor territorial acrescido (Gisotti, 2016; Magnaghi, 2016).

Sendo assim, e por fim, na última etapa, define-se os cenários estratégico-projetuais, nos quais são sintetizados todos os dados recolhidos em uma única estrutura analítico-interpretativa, por meio da elaboração de partido arquitetônico em edificação. Essa se inicia com a indicação de endereços prioritários de intervenção, referentes à quatro ordens de medidas prevalentes; prevalentes porque a conservação não pode prescindir da valorização, como da transformação e da requalificação; como a seguir discriminados. Os endereços projetuais são conservação, valorização, requalificação e transformação (Paolineli e Valentini, 2009), medidas predominantes e de referência, respectivamente, à valores patrimoniais a serem salvaguardados, à permanências históricas e à áreas de particular valor naturalístico para aqueles que têm níveis discretos de integridade; às categorias anteriormente citadas, mas com maior grau de fragilidade e, também, com compromissos exigentes da ativação de ações voltadas à salvaguarda, e contemporaneamente, à valorização de potencial não expresso; às paisagens comprometidas e degradadas, às novas áreas de assentamento geralmente sem relação com o contexto pré-existente, ambiental e construído, à usos geralmente de menor importância; às categorias anteriormente indicadas, nas quais se observa profundas alterações dos ordenamentos históricos e severas deficiências qualitativas, requerendo intervenções não só de requalificação, mas, também, de transformação.

Em sequência, para cada unidade de paisagem, são estabelecidos a criticidade, os valores patrimoniais, os objetivos e os endereços

projetuais; considerando ser possível aferir mais de um endereço projetual a uma mesma unidade de paisagem. Essa etapa tem como elemento metodológico de representação o mapeamento da unidade de paisagem com a indicação dos endereços projetuais. Para o objeto patrimonial isolado, a proposta projetual é apresentada por meio de memorial descritivo e representação gráfica (em escala determinada). As etapas das atividades são elaboradas para contribuir na construção de uma base de dados, seguindo a lógica de elaboração dos Atlas Patrimoniais e para subsidiar intervenções de manutenção e/ou aumento de valor do objeto de estudo. Para o memorial, solicita-se a descrição do processo de trabalho, com a indicação de procedimento metodológico adotado (etapas anteriores); apresentação do bem patrimonial a partir de seus valores; caracterização de intervenção: restauro físico e funcional, e/ou proposição de arquitetura nova. Nessa última situação, indicar o princípio da relação entre antigo e novo (inclusão, interseção ou exclusão) e o critério da intervenção (congruência formal, renovação estilística e figurativa, homologação tipológica); explicitação de aspectos do entorno urbano adotados como determinantes na proposição, sejam eles de caráter físico-histórico, geográfico-ambiental, sociocultural. Por exemplo: relação morfológica (implantação, visibilidade, escala, volumetria, textura, cor) e relação funcional (continuidade ou ruptura em relação aos usos dominantes); indicação e defesa de uso proposto, explicitando seu caráter de continuidade, descontinuidade e/ou complementaridade em relação ao uso original e / ou ao atual; indicação justificada de endereços projetuais: conservação, valorização, requalificação e transformação. Para a representação, solicita-se as seguintes peças gráficas: implantação; volumetria; planta-baixa; elevações; cortes; planta de cobertura. Ademais, indica-se o entendimento de partido arquitetônico a ser adotado, como proposto por Lauro Corona e Carlos Lemos (como citado por Silva):

(...) consequência formal de uma série de determinantes, tais como o programa do edifício, a conformação topográfica do terreno, a orientação, o sistema estrutural adotado, as condições locais, a verba disponível, as condições das posturas que regulamentam as construções e, principalmente, a intenção plástica do arquiteto. (Corona e Lemos in Silva, 1983, p. 97)

Concluindo, como método, é confecciona um esquema do percurso metodológico adotado na disciplina (Figura 2), com as atividades analíticas, sintéticas e projetuais e seus respectivos conteúdos, subdivididos em fases de representação e plano.

Ressalta-se, não é proposta uma padronização das ferramentas de representação a serem utilizadas pelos estudantes, de modo a não frear a potência cognitiva e comunicativa dos mesmos. Sendo assim, a percepção de características peculiares do território poderiam ser transformadas em uma representação identitária, desvinculada da cartografia tradicional. O único critério adotado é a utilização da base cartográfica do plano diretor universitário, objetivando fornecer referencial de escala e localização geográfica. De um ponto de vista didático, essa estratégia desvincula o desenho como método de trabalho, constituindo-se, assim, em uma atitude reflexivo-crítica. Propõe-se, também, uma desierarquização entre docente-estagiário-discente, visto que a construção da metodologia disciplinar ocorre simultaneamente à disciplina, conforme demandas e necessidades dos participantes da mesma. Nesse sentido, o experimento visa promover uma ruptura recíproca da modernização das técnicas, comum no ensino atual da arquitetura, quando ao invés de uma ferramenta ou técnica avançada de representação, e do ensino tradicional, propõe uma metodologia horizontal e integrada.

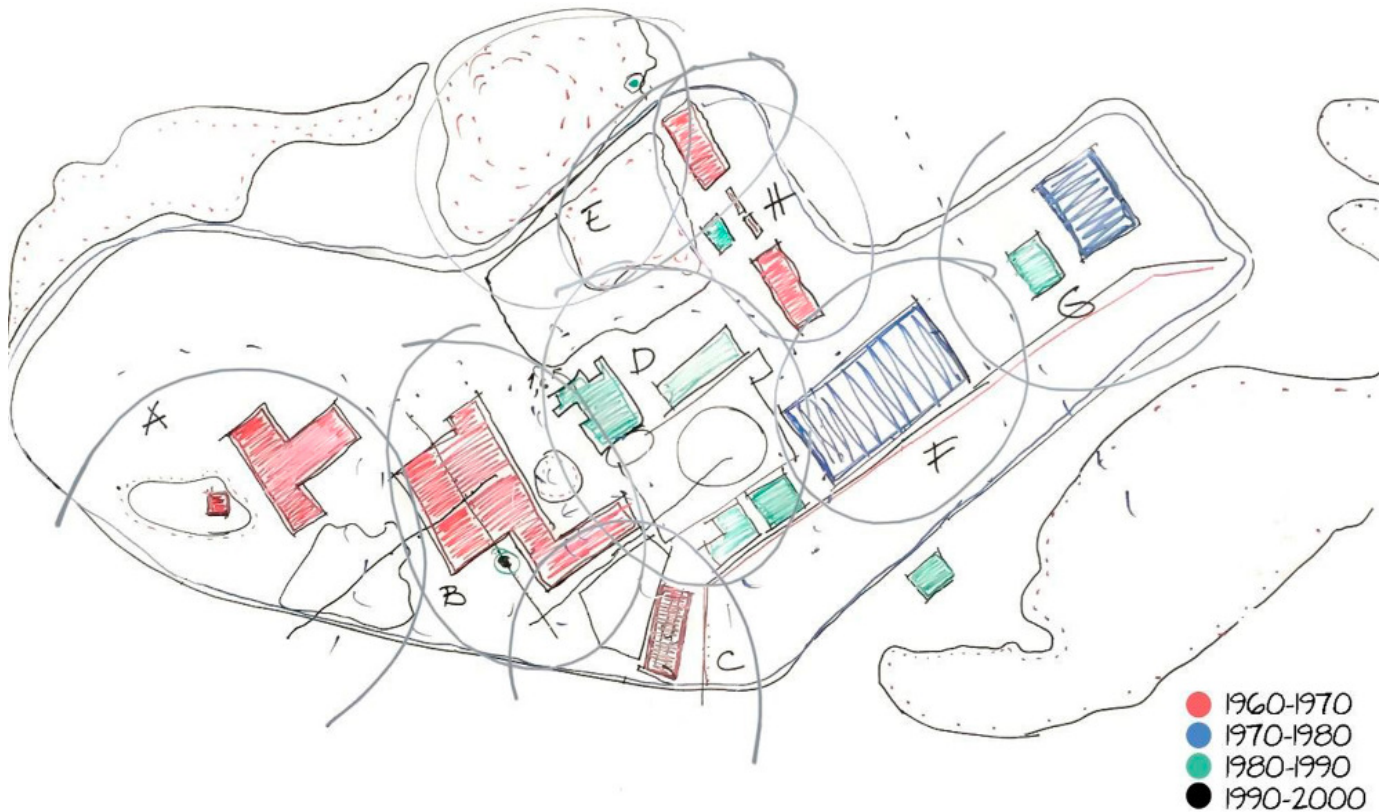


Figura 4. Mapeamento de unidades de paisagem em sala de aula do Campus de Goiabeiras. Fonte: Elaborado pelos discentes em sala, 2018.

Resultados e discussões

Para cada etapa, conforme descrito acima, tem-se como resultado fichas, mapeamentos e projetos. Sendo assim, expõe-se os resultados vinculados às três etapas estruturantes da experiência. Após visita em campo, na etapa de Análise: Construção de Quadro Cognitivo, faz-se mapeamento da expressão do processo, produzido sobre projeção de Base Cartográfica integrante do Plano Físico do Campus de Goiabeiras [Anexo 4 - Resolução nº 43/2017, p.18] em quadro branco. Segundo COCULTURA (2012) são adotados os seguintes valores: 1. Valor arquitetônico; 2. Valor de antiguidade; 3. Valor histórico; 4. Valor tecnológico; 5. Valor urbano; 6. Valor associativo; 7. Valor de autenticidade. Conforme debates em sala, são elencados pelos discentes como fundamentais à catalogação em inventário: 8a. Valor de memória, 8b. Valor de referência; 8c. Valor ambiental; 8d. Valor artístico. Essa categorização não ocorre de modo excludente, portanto um mesmo bem pode possuir um ou mais valores atribuídos. Cada estudante demarca no quadro os valores atribuídos individualmente e debate com a turma os motivos da atribuição; é dada a possibilidade de cancelar a categorização anterior, conforme debate. O resultado dessa categorização se encontra na imagem abaixo (Figura 3). Em síntese, de 159 bens construídos elencados no Plano Diretor Universitário, foram identificados 7 conjuntos e 7 bens isolados, além de áreas de valor ambiental como mangue, lagoa, formações rochosas, rio, áreas de uso público/cultural e anel viário, considerados indissociáveis da análise.

Juntamente à discussão são produzidas fichas catalográficas de

pré-inventário para cada edifício identificado como de valor patrimonial, segundo o modelo. Nesse momento são elencadas informações sobre o bem em três categorias: a primeira, acerca das informações projetuais, históricas, contextualização; o segundo, relativo ao estado de conservação do bem, busca entender se o bem está submetido a algum risco iminente, e se esse se atrela a algum processo de proteção dado por plano diretor, projeto de restauro em curso, etc.; por último, a documentação gráfica disponível acerca do bem, como plantas, elevações, cortes, cartografias, fotografias históricas. Essas servem para alimentar um sistema informativo sobre os edifícios, buscando uma análise integrada de todo o conjunto, entendendo-o de modo diacrônico. Nesse sentido, a representação cria

um repertório visual de morfemas gráficos cujo entrelaçamento, como em uma história, enquadra a consistência patrimonial da estrutura territorial, define seu estado de saúde e identifica estratégias para reabilitar e abrir uma nova fase de desenvolvimento coerente do território (Magnaghi, 2014, p. 116).

Ainda sobre projeção cartográfica em quadro branco, os alunos definem dimensão de longa duração dos edifícios levantados e, juntamente à percepção dada através das visitas e debates, se definem unidades de paisagem prévias, sob as quais são definidos limites mais precisos e são realizadas as etapas seguintes.

Na segunda etapa, Síntese: Sistematização, os dados adquiridos na etapa anterior são confrontados em representações específicas, realizadas conforme as unidades de paisagem acima divididas (Figura 4). Um dos exemplos de representação proposta pelos alunos é a quantificação de valor (em uma escala de alto, médio e baixo), que cruza informações de longa duração, valor atribuído e conservação. Essa representação dá indícios do grau de intervenção necessária, sua emergência, além de conferir indicativos de qual teoria de restauro se adequa. Outra proposta dos alunos segmenta as análises das camadas física e construída, sugerindo uma hierarquia entre as camadas, considerando a longa duração e grau de degrado/restauração ambiental. Nesse sentido, há o esforço de hierarquizar as camadas predominantes do lugar enquanto elementos de valor. A partir dessa perspectiva, nota-se a necessidade de uma subdivisão das unidades de paisagem para melhor aproveitar a tomada de decisões da terceira etapa, conectando a intervenção arquitetônica à camada física, predominante na unidade.

Serve de subsídio à terceira e última etapa, Cenário Estratégico/Projeto: Experimentação, na qual são elencados os endereços projetuais de intervenção, consideram as criticidades e os valores de cada unidade de paisagem; e, após discussões realizadas nos grupos de trabalho, são definidos objetivos para cada unidade de paisagem e correspondentes endereços projetuais. Tais objetivos direcionam a produção das inserções formais, como “integrar as subunidades de paisagem”, “dar unidade e propor novas funcionalidades”, “melhorar a inter-relação entre os cheios e vazios e retirar elementos que interfiram na integridade da subunidade”, “manutenção e requalificação de elementos pré-existentes”, resultando em propostas de inserção edifícios, espaços abertos, e conexões como pontes e caminhos. Como exemplo dessas duas etapas são ilustrados os dois processos de trabalho da Unidade de Paisagem B (proposta dos discentes Daniele Ramos, Júlia Schunck e Mylla Sepulchro) e da Unidade de Paisagem E (proposta dos discentes Juliana Calado, Kamila Salarini e Thabata Coelho) (Figuras 5 a 7).

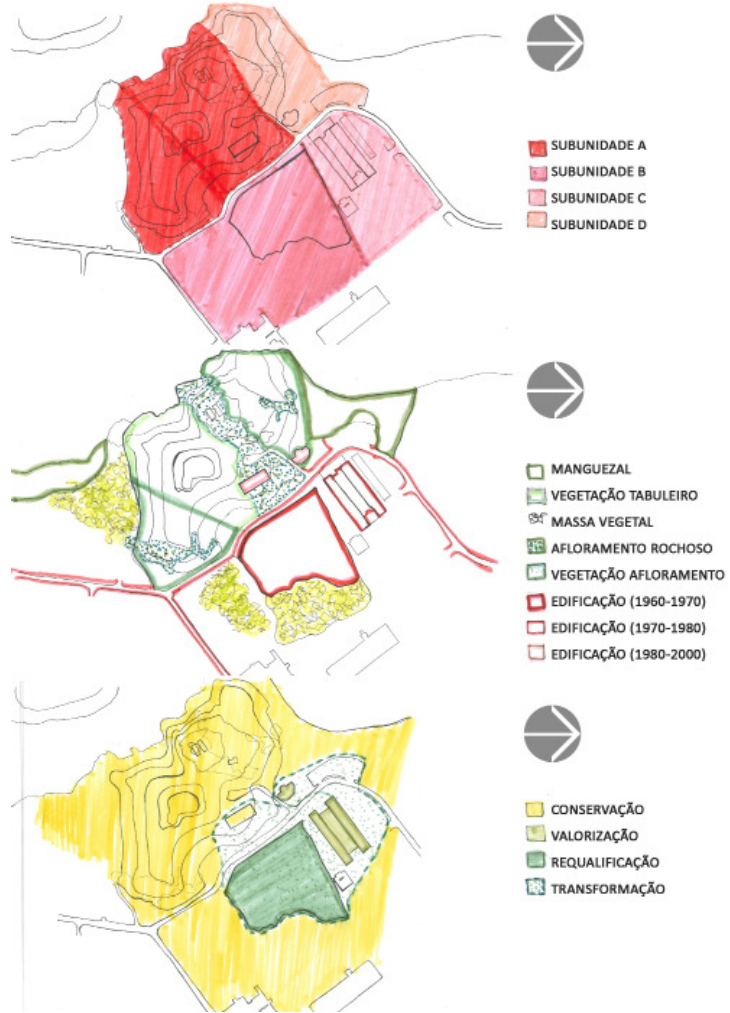


Figura 5. Representações Processuais - Unidade de Paisagem E. Fonte: Elaborado pelos discentes Juliana Calado, Kamila Salarini e Thabata Coelho, 2018.

Conclusão

O conteúdo apresentado é efetivamente utilizado, demonstrados em análise, valoração e elenco de intervenções, segundo a preservação do patrimônio da Universidade do Espírito Santo, e o processo como um todo gera leituras, discussões e debates acerca de decisões e questões críticas da atividade e objeto. A construção de um conhecimento teórico-empírico integrado à inserção do estudante na dinâmica de atuação fortalece a relação objeto-sujeito, gerando uma aproximação e conseqüentemente maior conhecimento do bem a ser preservado. Assim, oferecendo o desenvolvimento de visão e consciência críticas acerca do estado dos bens de valor e as possibilidades de intervenção a serem realizadas, a disciplina manifesta o compromisso social do indivíduo e seu papel na preservação daquilo que pretende ser mantido para a posteridade.

Sendo fundamentalmente empírico-qualitativa, a experiência relatada pode e deve ser objeto de avaliação e alteração, com vistas a garantir seu caráter processual. Dessa condição, decorre a possibilidade de serem incluídos outros e diversos critérios e parâmetros de análise, descrição e interpretação. Em assim sendo, em função de cada item de identificação - grau de conservação, tipologia de valor, vulnerabilidade e risco - podem ser atribuídos valores e pesos segundo criticidade e potencialidade do local da aplicação metodológica.

Além disso, a temática do patrimônio inserida a estudantes finalistas e em uma grade curricular de 90 (noventa) horas, em uma única disciplina, implica em uma seleção rigorosa de critérios a serem adotados e de etapas preponderantes para o processo, tendo em



Figura 6. Representações Processuais - Unidade de Paisagem B. Fonte: Elaborado pelos discentes Daniele Ramos, Júlia Schunck e Mylla Sepulchro, 2018.

vista o escopo da formação de profissionais dotados de capacidade para articular os diversos campos da Arquitetura e Urbanismo. Nesse sentido, a introdução do aluno a modelos potencializadores da imersão no conhecimento segundo um entrelaçamento de história, teoria e práxis potencializa o tratamento da representação não como ferramenta de documentação, mas como um processo de imersão cognitiva capaz de desvelar qualidades de outra forma invisíveis, ou seja, como representação identitária.

A experimentação teórico-metodológica realizada na disciplina Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural se constitui como procedimento operativo capaz de atuar tanto na formulação de atitude ativa frente ao conhecimento, por parte dos discentes, quanto na formação de um pensamento crítico, diante de processos de desqualificação, degrado, ruptura e mesmo de perda de referenciais patrimoniais, no todo ou em parte. Nesse sentido, ao operacionalizar a tríade temática Patrimônio-Ensino-Projeto, a mesma contribui na formação de profissionais sujeitos-coletivos despertos para uma atuação no território sensibilizada pela relevância de fazer crescer vínculos entre com o lugar.

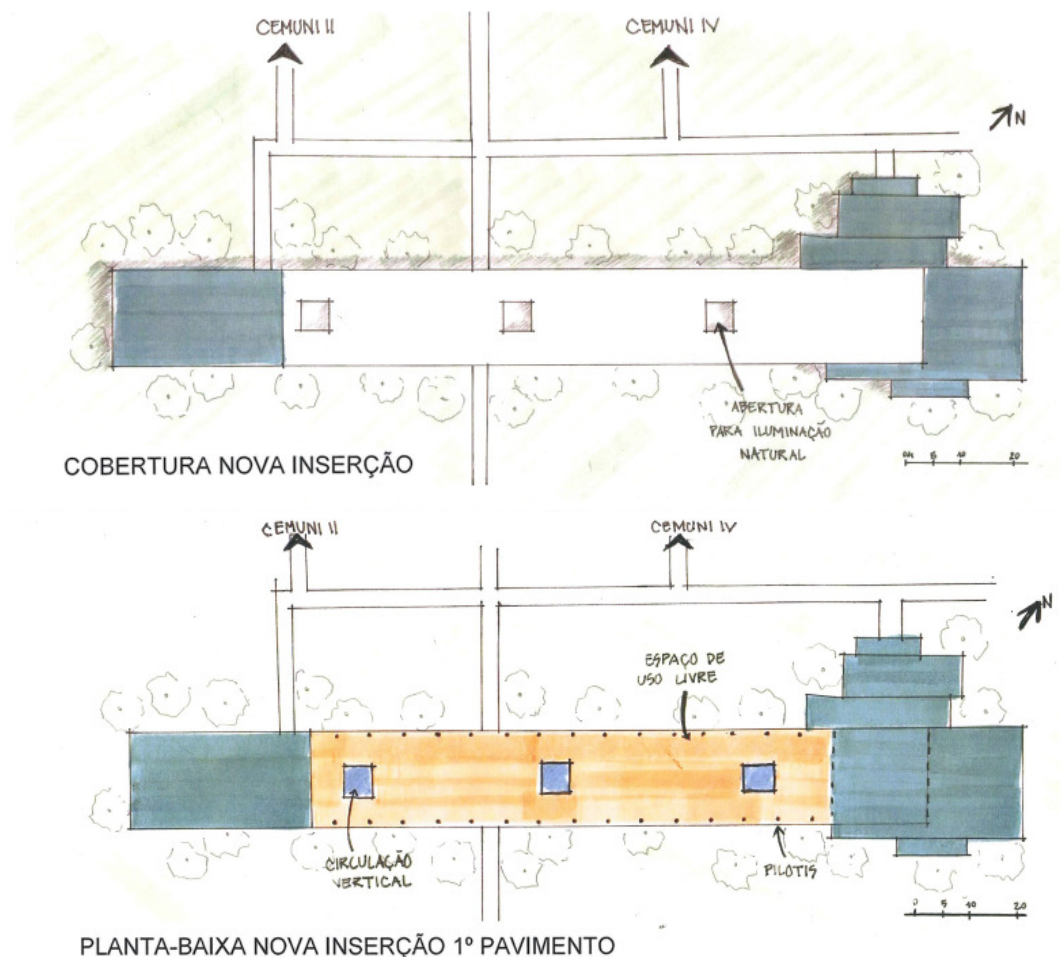


Figura 7. Cenários Projetuais - Unidade de Paisagem B. Fonte: Elaborado pelos discentes Daniele Ramos, Júlia Schunck e Mylla Sepulchro, 2018.

Referências

- Bates, K., Teudt, M., & Collier, J. (2019). Mapping points for a place-based pedagogy of practice. *Curriculum Perspectives*, 39(1), 91-96.
- Bates, K. (2018). Bringing the inside out and the outside in: Place-based learning rendering classroom walls invisible. In *The Palgrave international handbook of women and outdoor learning* (pp. 731-751). Palgrave Macmillan, Cham.
- Carta, M. (2012). *La rappresentazione nel progetto di territorio. Un libro illustrato*. Firenze: Firenze University Press.
- Chawla, L. (2004). Identity and the natural environment: The psychological significance of nature-Susan Clayton and Susan Opatow (Eds.); MIT Press, Cambridge, MA; 2003, 353 pages, ISBN 0-262-03311-9; *Journal of Environmental Psychology*, 3(24), 406-408.
- Choay, F. (2000). *A alegoria do património* (T. Castro, Trad). Lisboa: Edições 70.
- Fanfani, D., Berni, F., & Tirinnanzi, A. (2014). *Tra territorio e città: ricerche e progetti per luoghi in transizione*. Firenze: Firenze University Press.
- Gendlin, E. T. (2004). *The new phenomenology of carrying forward*. *Continental Philosophy Review*, 37(1), 127-151.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil) (2004). *Cartas Patrimoniais*. 3º. Ed. Rio de Janeiro: IPHAN.
- Magnaghi, A. (2000). *Il progetto locale*. Torino: Bollati Boringhieri.
- Magnaghi, A. (2005). *La rappresentazione identitaria del territorio*. Alinea: Firenze.
- Magnaghi, A. (2014). *La regola e il progetto. Un approccio bioregionalista alla pianificazione territoriale*. Firenze: Firenze University Press.



- Magnaghi, A (2016). Le invariante strutturali, fra patrimônio e statuto del territorio. In A. Marson, *La struttura del paesaggio: Magnaghi, A (2017). A Biorregião urbana: Pequeno tratado sobre o território, bem comum. Matosinhos: Escola Superior de Artes e Design una sperimentazione multidisciplinare per il Piano della Toscana (p. 147-156). Bari: GLF editori Laterza.*
- Mannion, G., & Lynch, J. (2016). The primacy of place in education in outdoor settings. In *Routledge international handbook of outdoor studies*, 85-94.
- Paolineli, G.; Valentini, A. (2009). Valorizzazione e riqualificazione dei paesaggi fluviale. In A. Magnaghi; S. Giacomozzi. *Un fiume per il territorio. Indirizzi progettuali del Valdarno empoiese (pp. 201-215). Firenze: Firenze University Press.*
- Poli, D. (2005). Il patrimonio territoriale fra capitale e risorsa nei processi di patrimonializzazione proattiva. In B. Meloni, *Aree interne e progetti d'area (pp. 123-140). Turim: Rosenberg e Sellier.*
- Poli, D. (2012). *Regole e progetti per il paesaggio. Florença: Firenze University Press.*
- Santos, M. (2008). *Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Edusp.*
- Silva, E. (1983) *Uma introdução ao projeto arquitetônico. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS; Brasília, MEC/SESu/PROED.*
- Solà-Morales, I. de. (2006). *Intervenciones. Barcelona: Editoria Gustavo Gili.*